



## TRANSPARÊNCIA

# Parlamento vai regular o lobbying mas os advogados ficam de fora

Reconhecer e legislar sobre “a segunda mais velha profissão do mundo” é pedido há anos pela OCDE e o Greco. Portugal ainda discute vantagens e modelos

Leonete Botelho

O Parlamento prepara-se para quebrar um tabu em matéria de representação de interesses privados junto dos decisores públicos, com a regulamentação do *lobbying*: já há uma proposta do CDS, aceite pelo PSD, e o PS está a ultimar um projecto próprio. Seguirá, assim, as recomendações do Greco (Grupo de Estados contra a Corrupção), da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), da Comissão Juncker e da Transparência Internacional. Mas ninguém se atreve a incluir a advocacia, apesar de ser um dos sectores identificados como mais críticos.

O assunto deverá ser abordado hoje na conferência parlamentar sobre *lobbying*, promovida pela Comissão Eventual para a Transparência em Cargos Públicos. Susana Coroado, investigadora do Centro de Estudos Sociais e membro da TIAC (Transparência e Integridade Associação

Cívica), considera que as propostas em cima da mesa são “promissoras, mas não chegam”, sobretudo porque “deixam de fora os casos em que os deputados trabalham em escritórios de advogados, os quais têm clientes com interesse nas matérias em que o deputado está a legislar”.

A questão é delicada, tanto mais quanto está em causa o próprio legislador – o Parlamento –, onde a profissão mais representada é a de jurista (advogados e juristas). E estes são muitas vezes representantes de interesses com acesso directo ao decisor, seja o Governo, a administração regional ou as autarquias. É aquilo a que o lobista Joaquim Martins Lampreia, da Omniconsul, empresa de *public affairs* sediada em Lisboa e registada nas instituições europeias, chama “*inside lobbying*”.

Ponto prévio: a regulamentação do *lobbying* é vista como um passo em frente na luta contra a corrupção, tanto por instituições internacionais como por estudiosos do fenómeno. “É a segunda profissão mais velha do mundo”, diz Martins Lampreia. “O

*lobby* é uma actividade importante, porque cada vez as questões são mais complexas, mais técnicas, é preciso ouvir quem tem *know-how* nas matérias. Teremos melhores decisões públicas com melhor informação”, acrescenta Susana Coroado.

O seu reconhecimento e regulamentação, com a criação de um registo de lobistas – como acontece em Washington e nas instituições europeias – e a adopção de um código de conduta é recomendado há anos pela OCDE e pela Greco, bem como pela Transparência Internacional, de que a TIAC faz parte. Os estudos, relatórios e os especialistas recomendam também a publicação das agendas dos decisores, para se saber quem falou com quem sobre o quê. E a prevenção de conflitos de interesses, através do apertar da malha das incompatibilidades e impedimentos de deputados, membros do Governo e dos gabinetes, assim como junto da administração regional e das autarquias. Um caminho que está a ser seguido pelos partidos, mas à margem da regulamentação do *lobbying*.

A situação portuguesa em termos de conflitos de interesses entre a política e os negócios é descrita no livro *Os Facilitadores*, de Gustavo Sampaio (A Esfera dos Livros, 2014): “Sobrepostas em camadas fluidas que interagem entre si através de canais de influência política, pontes de colaboração na produção legislativa e vias informais de *lobbying*, entre outros fenómenos dinâmicos (nomeadamente o trânsito contínuo de agentes privilegiados entre os sectores público e privado [as *revolving doors*]), estas três linhas comunicacionais – das sociedades de advogados, dos grupos empresariais e dos dirigentes políticos – formam como que uma base de sustentação pós-ideológica do sistema vigente, a ‘situação’, caracterizada por uma aparente captura do poder político pelo poder económico e financeiro.”

Qual é a função exercida ou atribuída às sociedades de advogados nesse mecanismo? “Servem como vasos comunicantes, fornecedores de contactos, intermediários de relações, facilitadores de negócios, produtores

de blindagem jurídica, depositários de informação sigilosa, gestores de influências, criadores de soluções, movendo-se habilmente nos interstícios de um sistema ‘kafkiano’.”

Luís de Sousa, presidente da TIAC, ilustra as formas de actuar: “Os tubarões, quando querem fazer negócios, fazem um jantarinho, um almoçinho, um jogo de golfe e convidam pessoas influentes na área.” Este tipo de corrupção, que qualifica como tráfico de influências, funciona em rede: “Não é preciso que a pessoa envolvida tenha poder de decisão. O que se compra é o poder de influência no ambiente”, sublinha. E “contorna os crimes definidos porque não se consegue identificar o nexo de causalidade” entre a acção e o resultado.

“Os deputados lobistas são os nossos concorrentes, daí que vá ser difícil passar uma lei suficiente”, diz Martins Lampreia. Luís de Sousa concorda: “Em Portugal, a mediação é feita em grande parte por deputados, que são juristas que têm relações contratuais com grandes escritórios de advogados. Qualquer





## A definição do conceito de lobbying é complexa e não é pacífica

Pedro Delgado Alves  
Deputado do PS



# Partidos apostados em apertar a malha das incompatibilidades para a advocacia

## Leonete Botelho

O Parlamento tem em mãos, pela primeira vez, um projecto de lei para regulamentar a actividade de representação profissional de interesses (*lobbying*), apresentado pelo CDS, e a promessa do PS de que apresentará um projecto próprio.

O PSD irá acompanhar as propostas porque concorda com a necessidade de legislar a matéria, mas não apresentará projecto próprio, podendo apenas sugerir propostas de alteração. Já o PCP ainda está a analisar e ponderar a apresentação de propostas sobre o tema, enquanto o Bloco de Esquerda é frontalmente contra a regulamentação do *lobbying*.

“Não devemos legitimar uma actividade que possa dar cobertura a matérias que são proibidas na lei”, defende Pedro Filipe Soares, líder da bancada, sublinhando que “a lei existente já diz que nenhum agente público pode ser pressionado no exercício da sua função, atribuindo-lhe instrumentos para reagir a essa pressão”.

Em sentido contrário, Vânia Dias da Silva, do CDS, afirma que o *lobbying* é uma actividade que existe de facto e que precisamente por não estar regulada dá azo a que se contornem as proibições legais. Ao apresentar um projecto específico, a intenção do CDS é fazer com que “as relações sejam escrutináveis e fiscalizáveis”, que se saiba quem influencia o quê.

A proposta de lei trabalhada no anterior governo foi o motor de arranque do projecto agora em discussão. Mas “era menos ambicioso porque se cingia ao Governo, enquanto agora, como projecto de lei, abrange o Parlamento e toda a administração central, regional e local”. Por outro lado, o registo dos *lobbies* não era obrigatório e agora passa a ser, “senão seria letra morta”.

O PS também garante que vai avançar com um projecto próprio, mas ainda está a testar o melhor modelo – minimalista ou mais amplo. Pedro Delgado Alves, coordenador socialista na Comissão da Transparência, não se revê completamente no pro-



Pedro Filipe Soares, líder da bancada do Bloco de Esquerda

jecto do CDS. “A identificação do que é o *lobbying* é a questão charneira. A representação de interesses é uma actividade que existe há muito tempo, sob muitas formas, mas a definição do conceito é complexa e não é pacífica”, sublinha.

O objectivo do PS é conseguir um

consenso com todos os partidos que apoiam o Governo, apesar de reconhecer alguns anticorpos. “Estou relativamente convencido de que agora se vai avançar, até porque não houve, até agora, uma discussão tão ampla como a que hoje existe. Pensamos que é importante trazer mais trans-

parência a uma actividade que de facto existe”, afirma.

Mas não deverá contar com o apoio do BE, para quem a questão do *lobbying* “não é central” na discussão sobre transparência, preferindo pôr ênfase nos “mecanismos de separação de interesses públicos e privados”.

Certo é que todos os partidos já apresentaram projectos próprios para reforço da transparência dos cargos políticos, com propostas de alteração ao estatuto dos deputados que aumentam as incompatibilidades e impedimentos do exercício da função.

Para análise de todos estes projectos – assim como os que dizem respeito ao enriquecimento injustificado –, foi criada em Abril a Comissão Eventual para o Reforço da Transparência do Exercício de Funções Públicas, com um prazo inicial de seis meses de actividade, que pode ser prorrogado. É no âmbito desta comissão que hoje se realiza a conferência parlamentar sobre *lobbying*.

regulação de *lobby* que não ataque esta questão não resolve nada.”

O ideal seria a exclusividade de funções, como também tem defendido a bastonária dos advogados, Eliana Fraga, sem conseguir consenso dentro da classe. Como esse cenário parece afastado pelos partidos, à excepção do BE, e porque “não há praticamente nenhum parlamento com exclusividade para deputados em países desenvolvidos”, como sublinha Luís de Sousa, as medidas pedidas são mais suaves.

No Parlamento, os partidos reconhecem que a grande dúvida tem que ver com os advogados. “É esse o assunto que vai criar fricções”, diz Duarte Marques (PSD), constatando que “há deputados que fazem *lobby* directo, sem se registarem”. “Que o problema existe, é um facto, mas o tema é sensível”, reconhece Pedro Delgado Alves (PS). Por isso todos concordam em ir avançando passo a passo, aumentando os mecanismos de transparência e, sobretudo, tornando pública a agenda dos decisores políticos.

## Relatório de 2013 da OCDE destaca alguns casos

### Portas giratórias em Portugal

A influência do sector financeiro sobre as decisões políticas é percebida como extensa e comum, funcionando livremente como uma porta giratória entre o sector privado e o público. Dos anteriores 19 ministros das Finanças, 14 tinham trabalhado previamente em bancos ou instituições financeiras. Os banqueiros são também o grupo profissional mais representado em cargos executivos, atingindo 54% das posições governamentais desde 1974. Além disso, 230 membros do Parlamento exerceram 382 posições em instituições financeiras antes ou depois de passarem pelo governo. Estas ligações estendem-se às entidades reguladoras. Desde 1986, todos os governadores do Banco de Portugal passaram para o sector da banca privada.

### Alemanha: lobby automóvel

Desde 2011, os carros na Alemanha devem conter um rótulo com a eficiência energética. Este sistema tem sido criticado por grupos ambientais, pois as classificações não estão só associadas ao consumo de energia e produção de dióxido de carbono, mas também ao peso do carro. Assim, carros mais pesados podem receber uma classificação energética mais elevada que carros mais ligeiros. Documentos oficiais mostram que o *lobby* automóvel alemão foi responsável pela lei que permitiu este método, que favorece veículos todo-o-terreno e carros de maior dimensão, ambos produzidos largamente pela indústria alemã. Os grupos ambientalistas continuam a exigir uma revisão do sistema de classificação.

### Lei antitabaco em Espanha

Quando a lei contra o tabaco de 2005 em Espanha falhou nos seus objectivos, por incluir excepções para bares grandes e restaurantes, o Ministério da Saúde procurou juntar representantes dos partidos, dos meios de comunicação e especialistas para fazer uma lei mais restrita. Através do Observatório para a Prevenção do Tabaco, foram promovidas discussões e eventos sobre os efeitos do fumo secundário, com os dados científicos e as preocupações com a saúde pública a influenciarem de forma significativa. Os proponentes de interdições ao tabaco conseguiram contrariar influências dos interesses das companhias de tabaco, turismo e outros. Agora, a Espanha lidera a Europa com uma das leis contra o tabaco mais restritivas.





## TRANSPARÊNCIA

# Estudo identifica os “deputados-acumuladores” no Parlamento

CDS, PSD e PS são os partidos com mais deputados com actividade extraparlamentar. Um terço declara-se administrador, gestor, advogado, consultor, professor, médico, engenheiro ou arquitecto

Maria Lopes

**O**s “deputados-acumuladores” – o título é, por si só, sugestivo. Pertence a um estudo elaborado pelo Observatório da Democracia Interna dos Partidos Políticos do Movimento pela Democratização dos Partidos (MDP) sobre as incompatibilidades dos actuais deputados à Assembleia da República e, segundo os dados coligidos até meados de Maio, o CDS, seguido pelo PSD e depois pelo PS são os partidos em que a percentagem de deputados com actividade profissional fora do Parlamento é mais elevada. No Bloco, nos “Verdes” (PEV) e no PAN não há qualquer parlamentar com actividade fora da Assembleia, no PCP existe apenas um. No CDS, oito dos 18 deputados (44,4%) têm actividades fora do Parlamento, no PSD há 37 em 89 deputados (41,6%) e no PS são 26 em 86 (30,2%).

Com base nos dados coligidos no site do parlamento, onde está a declaração patrimonial e registo de interesses de cada deputado, e no portal da contratação pública, o MDP elaborou um ranking do nível de colisão de interesses para perceber quem são os parlamentares com ligações a empresas privadas que fazem contratos com o Estado. Essa análise comparativa agregada mostra que o partido com um nível médio mais elevado de colisão de interesses é o CDS, seguido por PSD e PS. “O partido com mais deputados activos em empresas com contratos com o Estado é o PSD (sete), seguido do PS (cinco) e CDS (um). PCP, PAN, BE e PEV não têm deputados nesta preocupante métrica para a transparência e para a isenção das decisões dos deputados no Parlamento”, lê-se no documento.

Segundo o estudo, em Maio havia 28 deputados que exerciam funções fora do Parlamento como administra-



Cerca de metade dos deputados diz estar em exclusividade, mas há quem tenha outras oito actividades

## Conferência junta lobistas e especialistas

**A** Comissão Eventual para a Transparência no Exercício promove esta tarde, no parlamento, uma conferência sobre o *lobbying*. A iniciativa é aberta às 14h30 pelo vice-presidente da Assembleia da República José Matos Correia, seguindo-se três painéis. O primeiro, moderado pelo deputado José Manuel Pureza (BE), junta Maria Lúcia Amaral, juíza do Tribunal Constitucional, Gonçalo Matias, assessor jurídico na Casa Civil da Presidência da República e Susana Coroado, investigadora da Associação Cívica

Transparência e Integridade. O segundo painel, moderado por António Carlos Monteiro (CDS), junta dois lobistas – Domingas Carvalhosa, parceira na Wisdom Consulting e Henrique Burnay, da consultora em assuntos europeus Euportunity – e Marie Thiel, da Unidade de Transparência do Parlamento Europeu. Os deputados Duarte Marques (PSD), Jamila Madeira (PS), Vânia Dias da Silva (CDS) e a eurodeputada Inês Zuber (PCP) discutem o tema no último painel. O encerramento cabe ao presidente da comissão, Fernando Negrão (PSD). **M.P.**

dores, gestores ou sócios-gerentes, 23 que acumulavam com a profissão de advogado, dez que eram também professores, sete que eram consultores, três médicos, um engenheiro civil e um arquitecto. Alguns acumulam diversas profissões e muitos assinalam ainda a acumulação com outros cargos políticos, como o de deputado municipal ou membro de assembleia de freguesia.

Na análise dos registos de interesses, o MDP constatou a existência de cerca de 120 deputados – praticamente metade – que estão em “exclusividade aparente e sem registo de interesses ou participações sociais declaradas”. Dos 230 deputados da AR, há três que, 11 meses depois de assumirem o cargo, ainda não entregaram o seu registo de interesses: Pedro Pinto e Ricardo Baptista Leite, do PSD, e José Rui Cruz pelo PS.

Feita a contabilização, o MDP encontrou quatro deputados das bancadas do PS e do PSD que acumulam seis actividades extraparlamentares remuneradas e um socialista que chega mesmo às oito actividades. Trata-se de Fernando Anastácio, eleito pelo círculo de Faro, que declara ter como actividade remunerada a advocacia e receber senhas de presença como vereador sem pelouros na Câmara de Albufeira. Mas declara ser administrador da sua empresa de advogados, da consultora Lucksin, e das empresas Ossónoba (participações sociais), Inovalbuera (prestação de serviços), e Cosnoba (construtora); presidente da administração da Procota e da Quinta do Escarpão (imobiliário e turismo), e presidente da mesa da assembleia geral da Mundo Aquático (parques temáticos).

O presidente da bancada parlamentar do PSD, Luís Montenegro, além de deputado exerce advocacia – é sócio da SP&M, no Porto, com uma quota de 50% – e é também presidente da assembleia geral da Rádio Popular, uma rede de lojas de electrodomésticos com sede na Maia. Diz que recebe senhas de presença e abono por estas actividades e também por ser membro da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e presidente da Assembleia Municipal de Espinho.

O centrista Nuno Magalhães, além de líder da bancada do CDS, é professor (remunerado) convidado da Universidade Lusófona e deputado na Assembleia Municipal de Setúbal (onde recebe senhas de presença).

Pelo contrário, os presidentes destes dois partidos – Pedro Passos Coelho e Assunção Cristas – declaram estar no Parlamento em regime de exclusividade. O mesmo acontece com o secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa. Já a bloquista Catarina Martins declara uma participação de 4% numa empresa de turismo rural em Vila Nova de Gaia, que pertence à sua família.



37

deputados do PSD em 89 têm outras actividades fora do Parlamento. No PS são 26 em 86 e no CDS oito em 18 deputados

28

deputados são administradores, gestores ou sócios-gerentes de empresas, 23 são advogados no activo e sete são consultores

## Os interesses também existem na Comissão da Transparência

Miguel Pais

A Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas é composta por 23 parlamentares efectivos, alguns dos quais exercendo em paralelo cargos problemáticos, na avaliação do Movimento Democratização dos Partidos (MDP). A comissão inclui oito parlamentares que listam a advocacia como a sua principal actividade, acrescentando-se a estes cinco juristas.

O seu relatório tem em particular atenção aqueles que declaram como actividades principais as de advogados e gestores, devido à "informação privilegiada e, por vezes, reservada ou mesmo secreta" a que os deputados têm acesso.

O caso de Fernando Anastácio (PS) suscita uma especial preocupação por parte do MDP. O socialista integra a comissão de transparência e a subcomissão de ética (que partilham, aliás, a maioria dos membros efectivos) e acumula oito cargos remunerados fora do parlamento. Entre eles contam-se o de advogado na sua própria empresa e cargos de administração em três empresas de consultoria, imobiliário e turismo.

No que diz respeito a ligações com sociedades de advogados, contam-se ainda nesta comissão Filipe Neto Brandão (PS), com 50% da A. Neto Brandão & Associados, e Paulo Rios de Oliveira (PSD), também sócio da Rios, Pinho & Cristo. Este último preside ainda à assembleia geral de duas empresas de comércio vinícola e detém acções em duas empresas de imóveis sediadas no Brasil.

As participações sociais são outra das bandeiras vermelhas nos potenciais conflitos de interesses. Mas na comissão da transparência, poucos declaram possuir investimentos e todos de reduzidas dimensões: Luís Marques Guedes, do PSD, declara 20% em três sociedades agrícolas, o socialista Bacelar de Vasconcelos afirma ter participações irrisórias na EDP e na Cimpor e Duarte Marques (PSD) registou ter 5% da agência publicitária Mosca.

Mais significativos são os membros

da comissão da transparência que dividem o seu tempo com cargos a nível local. São vários os deputados que acumulam com lugares em assembleias municipais: Clara Marques Mendes (Fafe), Duarte Marques (Mação), Margarida Balseiro Lopes (Marinha Grande), Susana Lamas (São João da Madeira), Filipe Neto Brandão (Aveiro) e João Torres (Maia). Sara Madruga da Costa deixou a assembleia regional da Madeira e agora está apenas numa assembleia de freguesia.

Apenas os deputados Sónia Fertuzinhos (PS), Susana Amador (PS), Pedro Filipe Soares (BE), Jorge Machado (PCP) e Vânia Dias da Silva (CDS) não declaram, à data, quaisquer participações sociais ou actividades extraparlamentares. Outros, como José Manuel Pureza (BE) ou Paulo Trigo Pereira (PS), declaram apenas pontuais cargos e actividades exteriores relacionados com a investigação ou a academia.

A disparidade de critérios no preenchimento do registo de interesses é notado pelo MPD, que já questionou a comissão de transparência sobre a dualidade na declaração de remunerações: "Por que motivo existe diversidade de critérios, havendo deputados que indicam o valor da remuneração e outros que não o fazem e, até mesmo, omitem a informação sobre se a função é remunerada?". **Texto editado por Leonete Botelho**



Anastácio acumula cargos

### Entrevista Leonete Botelho

O ex-secretário de Estado adjunto explica o projecto em que trabalhou na anterior legislatura. E porque não avançou

Durante mais de um ano, desde o início de 2014 e até praticamente às eleições legislativas de Outubro de 2015, o ex-secretário de Estado adjunto [do ministro da Presidência] e do Desenvolvimento Regional, Pedro Lomba, actual presidente do Gabinete de Estudos do PSD, desenvolveu um projecto de decreto-lei sobre o *lobbying*. O seu objecto era restrito ao Governo, o diploma seria aprovado pelo executivo – não pela Assembleia da República. Durante esse período, ouviu especialistas e investigadores sobre o assunto. Mas essas audições foram sempre restritas e o diploma nunca chegou sequer a Conselho de Ministros. O assunto não foi considerado uma prioridade, mas os partidos da coligação PSD/CDS acabaram por inscrevê-lo no seu programa eleitoral.

**Elaborou um projecto de decreto-lei na anterior legislatura para regular o *lobbying*. Em que consistia e quais os objectivos?**

Criava um registo de transparência obrigatório e um código de conduta para os representantes de interesses legítimos, seguindo a prática comum noutros países, na União Europeia e outras recomendações internacionais. Aplicava-se ao Governo, incluindo gabinetes, às empresas públicas e aos institutos públicos. O objectivo, pelo menos no essencial, era o de instituir uma maior transparência nas entidades e nos interesses que influenciam políticas, legislação, regulamentos ou outras decisões públicas.

**Porque é que esse projecto deixava de fora a Assembleia da**

## Pedro Lomba: "Há algum preconceito e até medo em abordar o tema"



DANIEL ROCHA

"Calendário eleitoral de 2015" dificultou aprovação de nova lei

**República? Não acha que devia ser abrangida?**

É claro que a Assembleia também deve ser abrangida pelo registo. Succede que o Governo não pode legislar em matérias reservadas à Assembleia, como aliás ainda agora se viu – o código de conduta que o actual Governo acaba de aprovar também não se aplica ao Parlamento. O meu ponto foi sempre o de ultrapassar o preconceito sobre este tema. Começando pelo Governo, seguir-se-ia necessariamente o Parlamento. Como aconteceu noutros países. E fizemos um trabalho que embora não tenha chegado ao fim, se tornou, creio, irreversível. Os principais partidos inscreveram o tema nos seus programas e não foi por acaso. **Porque não avançou?** Foi feito um grande esforço, um grande trabalho. Ouvimos muita gente, estudámos as leis de outros Estados, os casos europeu e americano. O maior obstáculo foi, talvez, o calendário político e eleitoral em 2015, que tornou mais difícil a aprovação.

**Mas o calendário eleitoral foi cumprido, e apesar do tempo despendido neste assunto, não conseguiu concretizá-lo.**

Há algum preconceito e até medo em abordar o tema. E muitas confusões conceptuais. Mas destapado o véu, percebe-se que

há um consenso alargadíssimo sobre o assunto. Talvez porque Portugal não é diferente de Espanha, da Alemanha, da Irlanda. **Só os lobistas é que estão contra a regulação do *lobbying*?**

Não gostaria de particularizar. Como disse, vencida a barreira inicial, encontramos um grande consenso a favor da lei. Aceito, todavia, que há quem seja contra, com argumentos que compreendo. Por exemplo, há quem ache que uma sobrecarga regulatória a este nível pode enfraquecer ainda mais o poder executivo em Portugal. Que, por sinal, e contra todas as aparências, já é um poder fraco. Consigo perceber este argumento. Compreendo, mas discordo. **Apesar de este assunto ter sido colocado no programa eleitoral do PSD, e de ter o trabalho previamente feito, o seu partido ainda não avançou com nenhum projecto nesta legislatura, ao contrário do CDS. Sabe porquê?**

Não sou a pessoa mais indicada para responder. Estamos a começar o 2.º ano da legislatura. Foi criada uma Comissão para a Transparência que colocou o tema nas suas áreas de trabalho. Vamos ter uma conferência no Parlamento. No PSD, posso dizer-lhe que tenho encontrado muita gente a favor do registo de transparência.





DANIEL ROCHA



# **LOBBYING**

## **PARLAMENTO VAI REGULAR MAS DEIXA ADVOGADOS DE FORA**

### **CDS, PSD E PS TÊM MAIS 'DEPUTADOS- -ACUMULADORES'**

### **INTERESSES EXISTEM TAMBÉM NA COMISSÃO DA TRANSPARÊNCIA**

### **PEDRO LOMBA: "HÁ PRECONCEITO E MEDO EM ABORDAR O TEMA"**

**Destaque, 2 a 5**

Conferência sobre *lobbying* junta lobistas e especialistas sobre o tema na Assembleia da República